

**Fundo de Investimento do
Fundo de Garantia do Tempo de
Serviço – FI-FGTS**

(CNPJ: 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotista
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS (o “Fundo”), que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2014 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido do exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota 7, em 31 de dezembro de 2013, o Fundo reconheceu integralmente o valor a receber da opção de venda de ações, registrando resultado positivo no exercício de 2013 de R\$ 445.176 mil, com base em avaliação realizada pelo administrador e gestor do Fundo da situação do devedor e seus acionistas à época, cujo valor foi subsequentemente homologado judicialmente. Não foi praticável à época determinar a parcela do resultado reconhecida no exercício de 2013, apresentado para fins comparativos, que deveria ter sido reconhecida no resultado do exercício de 2012. Esse assunto refere-se exclusivamente às cifras de 2013, apresentados para fins de comparação, e não tem impacto no ativo e no patrimônio líquido do Fundo em 31 de dezembro de 2014, bem como no resultado do exercício de 2014.

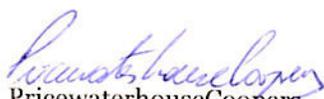
Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho das suas operações do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Ênfase

Conforme descrito nas Notas 3 (c.4) e 6, o Fundo investe em empresas de capital fechado e as suas ações não são cotadas em bolsa de valores nem negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser significativamente diferente quando da sua efetiva realização financeira, com a consequente repercussão no valor da cota do Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Brasília, 22 de maio de 2015


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF


Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1 "S" DF

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 31 de dezembro de 2014

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS

CNPJ: 09.234.078/0001-45

Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Aplicações - Especificações				
	Espécie/ Tipo	Quantidade	Mercado/ realização R\$ mil	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades				
			1	-
Banco conta movimento			1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
			5.181.732	16,26
Letras Financeiras do Tesouro		464.417	3.023.765	9,49
Letras do Tesouro Nacional		2.292.403	2.157.967	6,77
Debêntures não conversíveis em ações				
			14.773.066	46,34
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		700.000	4.596.296	14,43
Sete Brasil Participações S.A.		1.850	2.190.423	6,87
Santo Antônio Energia S.A.		1.520.120	1.982.182	6,22
Eldorado Celulose e Papel S.A.		940.000	1.048.114	3,29
Prumo Logística S.A.		750.000	988.991	3,10
Teles Pires Participações S.A.		65.000	826.845	2,59
Ligth Serviços de Eletricidade S.A.		30	30.261	0,09
Ligth Energia S.A.		470	474.091	1,49
Brasil Term Participações S.A.		1	440.668	1,38
Viaroncon Concessionária de Rodovias S.A.		300	363.008	1,14
Alupar Investimentos S.A.		300	350.588	1,10
OAS S.A.		250	319.388	1,00
MRS Logística S.A.		30.000	195.760	0,61
ALL AM Latina Logística Malha Sul		1	174.921	0,55
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.		1	174.921	0,55
Ferro Norte S.A. Ferrovias Norte Brasil		1	174.921	0,55
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA		171.000	123.761	0,39
Iracema Transmissora de Energia S.A.		109	119.334	0,37
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.		88	111.769	0,35
Odebrecht TransPort. Participações S.A.		7.950	86.824	0,27
Cotas de fundos				
			2.860.416	8,99
Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia		1.057.765.561,2890500	914.267	2,87
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento		500.000.000,0000000	698.148	2,19
Fundo de Investimento Participações Caixa Integração		2.500,0000000	2.009	0,01
Fundo de Investimento em Participações Sondas		489.613.757,0000000	455.122	1,43
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008		100,0000000	100.972	0,32
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BP IV Energisa Centro Oeste		641,2677015	645.748	2,03
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT		200.000,0000000	44.150	0,14
Ações sem cotação em bolsa				
			7.522.141	23,61
Odebrecht TransPort. Participações S.A.	ON	64.400.045	2.364.368	7,42
VLI S.A.	ON	1.413.854.823	1.235.237	3,88
Cone S.A.	ON	35.099.302	865.728	2,72
Brado Logística e Participações S.A.	ON	2.857.143	410.381	1,29
Energimp S.A.	ON	460.437.026	513.452	1,61
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	ON	510.551.593	1.161.075	3,64
J. Malucelli Energia S.A.	ON	179.681	245.451	0,77
OAS Óleo e Gás S.A.	ON	1.309.916	22.275	0,07
OAS Óleo e Gás S.A.	PNA	1.786.061	30.372	0,10
OAS Óleo e Gás S.A.	PNB	2.063.983	35.098	0,11
MDCPar S.A.	ON	3.757.260	300.137	0,94
Hidrotérmica S.A.	ON	55.667.283	172.025	0,54
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.	ON	90.000.000	95.020	0,30
Foz do Rio Claro Energia S.A.	PN	40.991.800	39.587	0,12
Ijuí Energia S.A.	ON	42.041.590	31.937	0,10
Ações com cotação em bolsa				
			515.847	1,62
Alupar Investimentos S.A.		29.243.000	515.847	1,62
Ações preferenciais resgatáveis				
			246.709	2,63
Hidrotérmica S.A.		67.796.610	246.709	0,77
Valores a receber				
			799.901	2,51
Valores a receber			724.735	
Dividendos e bonificações a receber			70.145	0,22
Outros			5.021	0,02
Total do ativo				
			<u>31.899.813</u>	<u>102,30</u>
Valores a pagar				
			28.397	0,08
Ações a liquidar			4.141	0,01
Taxa de administração			23.835	0,07
Auditoria e custódia			406	-
Outros			15	-
Patrimônio líquido				
			<u>31.871.416</u>	<u>100,00</u>
Total do passivo e patrimônio líquido				
			<u>31.899.813</u>	<u>102,30</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS **CNPJ: 09.234.078/0001-45**

Administradora: Caixa Econômica Federal **CNPJ: 00.360.305/0001-04**

Valores em R\$ 1.000, exceto o valor unitário das cotas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Patrimônio líquido no início do exercício:		
Representado por 19.381.973.233,963 cotas a R\$ 1,475934 cada	28.606.510	
Representado por 19.381.973.233,963 cotas a R\$ 1,363773 cada		26.432.610
Cotas emitidas no exercício:		
790.675.995,493 cotas	1.200.000	-
Patrimônio líquido antes do resultado	<u>29.806.510</u>	<u>26.432.610</u>
Resultado do exercício		
Receitas	1.974.700	1.984.053
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	539.849	442.072
Resultado de títulos e valores mobiliários	1.434.851	1.541.981
Resultado da avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa	309.406	(36.381)
Resultado da avaliação dos investimentos	176.958	(42.146)
Lucro na alienação de ações	132.448	5.765
Outras receitas/despesas operacionais	36.927	445.176
Rendas de valores a receber	28.523	445.176
Outras despesas operacionais	8.404	-
Despesas	(256.127)	(218.948)
Taxa de administração	(255.278)	(217.890)
Auditoria e custódia	(203)	(190)
Taxa de fiscalização	(43)	(43)
Serviços técnicos especializados	(603)	(825)
Total do resultado do exercício:	<u>2.064.906</u>	<u>2.173.900</u>
Patrimônio líquido no final do exercício:		
Representado por 20.172.649.229,456 cotas a R\$ 1,579932 cada	31.871.416	
Representado por 19.381.973.233,963 cotas a R\$ 1,475934 cada		<u>28.606.510</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, (“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS (“CCFGTS”) sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando autorizado pelo CCFGTS, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia, saneamento e aeroporto, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007 e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

c. Títulos e valores mobiliários

Consoante com a Circular BACEN nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “Títulos para negociação”.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

c.1. Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota de fechamento divulgada pela Administradora.

c.2. Debêntures não conversíveis em ações

O Fundo é um fundo aberto e tem o objetivo de investir em infraestrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas as necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Essa particularidade, somada à necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações, e a atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimento, as resoluções emanadas do CCFGTS e o regulamento do Fundo, bem como as debêntures não conversíveis em ações, por serem objeto de emissão privada em que o Fundo figura como único debenturista, e que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no regulamento do Fundo, ajustadas por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, considerando as características intrínsecas de cada emissor.

c.3. Títulos públicos federais (LFT)

Os títulos públicos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação. As Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins diários publicados pela ANBIMA.

c.4. Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

c.5. Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Caso os aspectos que determinaram o reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperação do ativo em períodos anteriores não mais se façam presentes, é feita a reversão da referida provisão, até o limite do saldo da mesma. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.6. Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pelo indexador estabelecido nos instrumentos da operação, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos conforme os instrumentos da operação, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

c.6. Ações com cotação em bolsa

As ações estão avaliadas com base na última cotação de fechamento divulgada pela bolsa de valores.

d. Valores a Receber

Os ativos registrados na rubrica “Valores a Receber” estão avaliados pelo valor estimado de realização.

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 31 de dezembro de 2014 conforme quadro abaixo:

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais**

Emissor		Valor em 31/12/2014	Valor em 31/12/2013	Valor da emissão	Data de Emissão	Data Final de Vencimento
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a)	4.596.296	5.130.955	7.000.000	29/12/2008	15/10/2029
Sete Brasil Participações	(b)	2.190.423	2.067.138	1.850.000	19/02/2013	15/08/2033
Santo Antônio Energia S.A.	(c)	1.006.945	888.016	770.448	25/10/2012	01/11/2036
		975.237	854.933	809.346	30/06/2012	01/08/2037
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(d)	1.048.114	994.687	940.000	17/12/2012	01/12/2027
Prumo Logística S.A.	(e)	988.991	875.109	750.000	15/09/2012	15/09/2027
Teles Pires Participações S.A.	(f)	826.845	740.996	650.000	30/05/2012	30/05/2032
Light Serviços de Eletricidade S.A.	(g)	474.091	473.539	470.000	10/09/2012	04/06/2026
Light Energia S.A.	(h)	30.261	30.226	30.000	10/09/2012	04/06/2026
Cibe Energia e Participações S.A.	(i)	-	296.065	252.976	24/08/2012	31/01/2014
		-	91.140	140.498	24/08/2012	18/01/2017
BrasilTerm Participações S.A.	(i)	440.668	-	400.312	08/05/2014	27/12/2024
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(j)	363.008	340.516	300.000	04/06/2012	04/06/2027
Alupar Investimento S.A.	(k)	350.588	328.919	300.000	30/05/2012	30/05/2027
OAS S.A.	(l)	319.388	298.875	250.000	23/01/2012	08/01/2015
MRS Logística S.A.	(m)	195.760	233.244	300.000	09/06/2010	01/02/2020
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.	(n)	174.921	173.405	166.667	08/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A.	(n)	174.921	173.405	166.667	10/09/2008	31/07/2018
ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A.	(n)	174.921	173.405	166.667	08/09/2008	31/07/2018

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais**

EPESA - Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	(o)	123.761	136.998	171.000	03/04/2009	03/04/2024
IRACEMA - Iracema Transmissora de Energia S.A.	(p)	119.334	119.564	109.000	10/12/2010	10/12/2035
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.	(q)	111.769	110.940	88.000	18/12/2009	18/12/2029
Odebrecht Transport S.A.	(r)	86.824	77.147	75.702	14/11/2013	15/10/2025
TOTAL		14.773.066	14.609.222	16.157.283		

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes escrituras particulares de emissão de debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias; penhor de direitos; e hipotecas de imóvel.

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, como Autarquia Federal, posteriormente, com a Lei nº 5.662 e o Decreto nº 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional.

O Sistema BNDES, composto pelo BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada.

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovía, porto e saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

b) Sete Brasil Participações S.A.

A Sete Brasil Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A companhia e suas controladas foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré- Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em águas ultra profundas e a extração de óleos em regiões recém descobertas.

O objetivo da companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 1 de fevereiro de 2013 foi aprovada a emissão de 1.850 debêntures a R\$ 1.000 (um milhão de reais) cada.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais**

Em 19 de fevereiro de 2013, o Fundo adquiriu a totalidade das debêntures emitidas pela Sete Brasil Participações S.A.

Os recursos obtidos com a emissão das debêntures têm como destino o financiamento do programa de investimentos da emissora, que envolve a construção de sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas subsidiárias da companhia para a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Conforme demonstrações financeiras divulgadas da companhia, em 31 de dezembro de 2014, a Sete Brasil Participações S.A. apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 15.583 milhões, os quais incluem empréstimos de curto prazo vencidos e não liquidados no montante de R\$ 664 milhões. De acordo com o Plano de Negócios da Companhia, as obrigações de curto prazo existentes em 31 de dezembro de 2014, relacionadas às dívidas com os estaleiros e com os financiamentos de curto prazo, serão liquidadas através da captação de recursos de curto e longo prazo ora em negociação com diversas instituições financeiras, nacionais e estrangeiras, assim como instituições de fomento. A conclusão dessas negociações depende do cumprimento de determinadas condições precedentes, o que indica a existência de uma incerteza que pode suscitar dúvidas sobre a efetivação da captação, o que poderá comprometer a continuidade da Companhia.

A administração da Sete Brasil Participações S.A. considerou apropriada a preparação das demonstrações financeiras anuais de 2014 com base no pressuposto de continuidade da Companhia. A evolução e finalização das operações de longo prazo para o financiamento dos projetos dependem da reavaliação da estratégia da Companhia e de um novo plano de captação de recursos financeiros para viabilizar a execução dos projetos, em processo de negociação e estruturação entre a administração da Companhia, seus acionistas e os credores atuais e potenciais.

Conforme demonstrações financeiras divulgadas da companhia, em linha com o novo plano de financiamento ora em estruturação, a Companhia vem conseguindo negociar junto aos credores a não declaração de vencimento antecipado de financiamentos de curto prazo (*bridge loans*) vencidos até a data da publicação das demonstrações financeiras anuais, exceto pelo Empréstimo Ponte 5 junto ao *Standard Chartered Bank*, no montante de R\$ 664 milhões que emitiu notificação de “*default*” contra a Companhia. A Companhia negocia em conjunto com instituições financeiras brasileiras que já são seus credores ou credores de *stakeholders* alternativas de estruturação financeira para obter o financiamento de longo prazo, em valor suficiente para viabilizar o seu plano de negócios. A Administração da Companhia, seus acionistas e os credores envolvidos tem a expectativa de concluir a estruturação do novo modelo de financiamento até o segundo trimestre de 2015.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

Devido a todo o processo de reestruturação do modelo de financiamento para viabilizar o plano de negócios da Companhia, a Administração do FI-FGTS por conservadorismo registrou nas demonstrações financeiras do fundo em 31 de dezembro de 2014 provisão para perdas relacionadas a participação que possui como cotista no Fundo de Investimento em Participações Sondas no valor de R\$ 185.895 e para as debêntures emitidas pela Companhia no valor de R\$ 188.237

c) Santo Antônio Energia S.A.

A Santo Antônio Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2008 e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seus sistema de transmissão associado.

Os recursos captados com essa emissão são destinados pela Emissora para as despesas do CAPEX da UHE Santo Antônio e da linha de transmissão de interesse restrito.

d) Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo e tem como objetivo a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia.

A companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

Os recursos captados por meio dessa emissão são destinados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do tratamento de águas e efluentes relacionados ao projeto localizado na cidade de Três Lagoas – MS, bem como investimento em soluções para transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário da emissora.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais**

e) Prumo Logística S.A.

A Prumo Logística S.A. foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário.

Os recursos captados por meio dessa emissão são utilizados para o desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário, a retroárea e sua infraestrutura industrial localizados no município de São João da Barra – RJ.

Em 11 de dezembro de 2013 foi concluído o processo de aumento de capital na companhia, que culminou na alteração de controlador da Emissora. O novo controlador é o Grupo EIG com 52,8% do capital social e a razão social da companhia foi alterada de LLX Açú Operações Portuárias S.A. para Prumo Logística S.A..

f) Teles Pires Participações S.A.

A Teles Pires Participações S.A. é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi criada com um propósito específico, de participar, estudar, planejar, investir e operar, direta ou indiretamente, na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina localizada no rio Teles Pires entre os estados do Pará e Mato Grosso terá potência instalada de 1.820 MW, energia assegurada de 915,4 MW médios e será composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW.

Os recursos captados com essa emissão são para custear os investimentos na construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, conforme o Plano de Negócios da Emissora para o Projeto.

g) Light Serviços de Eletricidade S.A.

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto e tem como controladora a Light S.A. A companhia tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e tem seu objeto social a distribuição de energia elétrica, por meio de concessão pública iniciada em julho de 1996 com vencimento previsto para julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,2 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A energia

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobras (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

h) Light Energia S.A.

A Light Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária da Light S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social: (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a companhia realizar quaisquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A Light Energia compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Novas, com potência instalada total de 855 MW. O prazo de concessão da companhia é de 30 anos, com vencimento previsto para junho de 2026.

Os recursos captados por essa emissão são destinados ao financiamento dos planos de negócios da emissora em UHE, Elevatórias e Centro de Operação.

i) BrasilTerm Participações S.A.

A BrasilTerm Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação, como quotista ou acionista, em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, no Brasil ou no exterior, principalmente no setor de energia.

Mediante a aprovação da assunção de dívidas pelos órgãos reguladores, a BrasilTerm Participações S.A. incorporou 100% do capital social de UTE Borborema e UTE Maracanaú.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

Concomitantemente a esse processo, a BrasilTerm Participações S.A. emitiu em 07 de abril de 2014 debêntures no valor de R\$ 400.312, correspondente ao saldo devedor atualizado das debêntures da Cibe Energia e Participações S.A. na mesma data. O prazo de vencimento da nova emissão é de 11 anos, remunerado mensalmente pela variação do IPCA mais 10% a.a., a amortização do principal e o pagamento de juros são mensais a partir de 2015.

j) ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Lins, estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na cidade de Castilho, ambas as cidades no Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os recursos captados por essa emissão serão utilizados para investimento em infraestrutura, em projetos integrantes do plano de investimentos e demais projetos aprovados na escritura.

k) Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

A Alupar participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de deter participação em 3 empresas *holdings*, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru e Boa Vista Participações S.A..

Os recursos captados por essa emissão de debêntures são destinados para a construção e melhorias na Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, controlada pela Alupar.

I) OAS S.A.

A OAS S.A. e suas controladas têm por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada, gerenciamento e execução de projetos e obras, compra e venda de imóveis e corretagem, investimento e/ou participação em outras sociedades, consórcios, condomínios, e/ou fundos de investimentos e/ou imobiliários bem como realizar investimentos e/ou participações em infraestrutura inclusive sob a forma de exploração, direta ou indireta mediante controladas ou coligadas, de concessões, permissões ou autorizações de serviço público ou de uso de bem público.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor rodoviário conforme o Plano de Negócios anexo a Escritura de Emissão.

Em 06 de janeiro de 2015 a Fitch rebaixou o rating da OAS S.A. de BBB+ para C, neste sentido o agente fiduciário notificou a OAS S.A. a proceder com a amortização total das debêntures da 4ª emissão em virtude do resgate antecipado obrigatório das em caso de nota inferior a BBB-.

Em 08 de janeiro de 2015 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi aprovada a amortização parcial das debêntures com utilização do saldo total da conta de liquidação, desta forma em 08 de janeiro de 2015 foi realizada amortização parcial no valor de R\$ 75.914 referente ao saldo da conta de liquidação.

Em 12 de janeiro de 2015 o agente fiduciário enviou notificação às partes envolvidas informando sobre o vencimento antecipado da 4ª emissão em virtude do inadimplemento da 9ª emissão de debêntures da OAS S.A..

Em 26 de janeiro de 2015 o FI-FGTS recebeu o valor de R\$ 22.947 referente a amortização parcial da debêntures da 4 emissão.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

Em 31 de março de 2015 o grupo OAS entrou com pedido de recuperação judicial incluindo as seguintes empresas do grupo: OAS S.A., OAS imóveis S.A., SPE gestão e Exploração de Arenas Multiuso, OAS Empreendimentos S.A. OAS Infraestrutura S.A., OAS Investments Ltd., OAS Investments GmbH e OAS Finance Ltda.

Considerando as garantias atribuídas a 4ª emissão das debêntures da OAS S.A. na avaliação da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Administrador do FI-FGTS, até o fechamento destas demonstrações financeiras não foi necessário nenhum ajuste para perdas.

m) MRS Logística S.A.

A MRS Logística S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto constituída em 30 de agosto de 1996 com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para o setor ferroviário conforme o Plano de Negócios anexo a Escritura de Emissão.

n) ALL – América Latina Logística S.A.
(Malha Norte/Malha Paulista/Malha Sul)

A ALL – América Latina Logística S.A. foi constituída em 31 de dezembro de 1997, tendo sua sede na cidade de Curitiba, Paraná. Tem como principais objetivos sociais: (i) participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário; (ii) explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; e (iii) adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

A companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.,

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais**

ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados ao aumento da capacidade de transporte, em material rodante, desenvolvimento de tecnologia, via permanente, terminais e edificações conforme o Anexo I da Escritura de Emissão.

o) EPESA – Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.

A Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, estado de Pernambuco, constituída em 1º de março de 2004 com o objetivo de produzir potência sob a forma de energia elétrica e térmica e realizar a sua comercialização e atividades correlatas. A companhia opera com duas usinas termelétricas, UTE Pau Ferro I e UTE Termomanaus, ambas localizada no município de Igarassu, no estado de Pernambuco.

Os recursos obtidos por meio dessa emissão são destinados exclusivamente para o desenvolvimento parcial da construção das Usinas Termoelétricas Termomanaus e Pau Ferro I, localizadas no município de Igarassu, no Estado de Pernambuco.

p) Iracema Transmissora de Energia S.A.

A Iracema Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor.

A companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção de linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará.

Os recursos obtidos por meio dessa Emissão são destinados para a capitalização da Emissora para o desenvolvimento e implementação do projeto de construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão da subestação de São João do Piauí até a Subestação Milagres do Estado do Ceara, conforme descrito no Quadro de Usos e Fontes constantes no Anexo VI da Escritura de Emissão.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

q) TESC – Terminal Santa Catarina S.A.

A TESC - Terminal Santa Catarina S.A. tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Possui contrato de concessão de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo de 25 anos, com cláusula de renovação não automática por igual período.

A companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou cotista.

Os recursos captados por essa emissão são destinados para investimentos em obras civis e arrendamento para a expansão do Terminal de Santa Catarina.

r) Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht Transport S.A. tem como objeto social a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou logísticos industriais aduaneiros. A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

Os recursos captados por essa emissão são destinados exclusivamente para uso da Rota das Bandeiras para ampliações e melhoramentos no Sistema Rodoviário Corredor D Pedro I, incluindo obras de pavimentação.

5 Investimento em ações com cotação em bolsa

Alupar Investimento S.A.

A Alupar Investimento S.A. (“Companhia” ou “Alupar”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”) sob código de negociação ALUP 11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo – SP, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura. A Companhia participa em empresas geradoras e empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, além de participar em quatro empresas Holdings, sendo: Transminas Holding S.A. (controladora da Transleste, Transirapé e Transudeste), Alupar Inversiones Peru (controladora da La Virgen), Boa Vista Participações S.A. e Alupar Chile Inversiones SpA. A Companhia é diretamente controlada pela Guarupart Participações Ltda. (“Guarupart”).

Em 28 de maio de 2013, o Fundo recebeu R\$ 18.678 a título de distribuição de dividendos de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na companhia, registrado na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia no valor total de R\$ 624.901.800, está representado por 461.243.596 (461.243.600 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias e 163.658.204 (163.658.200 em 31 de dezembro de 2013) ações preferenciais, conforme segue abaixo:

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais**

Acionista	Qtde. de ações		Qtde. de ações		Total	Total (%) Total
	ON	(%)	PN	(%) Total		
Guarupart	387.609.996	84,04%	16.391.004	10,02%	404.001.000	64,65%
FI-FGTS	29.243.004	6,34%	58.486.000	35,74%	87.729.000	14,04%
Outros	44.390.600	9,62%	88.781.200	54,25%	133.171.800	21,31%
Total	461.243.596	100%	163.658.204	100%	624.901.800	100%

Em 07 de maio de 2014, o Fundo recebeu R\$ 49.128 a título de distribuição de dividendos de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na companhia, registrado na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 17 de outubro de 2014, o Fundo recebeu R\$ 14.037 a título de distribuição de dividendos intermediários de acordo com a participação acionária detida pelo Fundo na companhia, registrado na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

6 Investimento em ações sem cotação em bolsa

6.1 – Composição

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa estão apresentados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 conforme quadros abaixo:

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

Empresas		31 de dezembro de 2014				Resultado de avaliação do investimento em ações - 2014			
		Saldo Contábil em 31/12/2013	Valor Patrimonial	Ágio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 31/12/2014	Ajuste de provisão por redução ao valor recuperável	Equivalência Patrimonial de 2014	Total
Cone S.A.	(a)	761.075	623.996	280.119	(38.386)	865.729	111.926	(7.273)	104.653
Energimp S.A.	(b)	523.613	362.178	151.274	-	513.452	-	(10.161)	(10.161)
OAS Óleo e Gás S.A.	(c)	-	68.440	19.304	-	87.744	-	(2.256)	(2.256)
Odebrecht TransPort S.A.	(m)	2.438.705	1.084.888	1.279.480	-	2.364.368	-	(74.337)	(74.337)
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	(e)	48.337	-	-	-	-	-	-	-
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	(f)	1.027.183	596.833	564.242	-	1.161.075	-	81.803	81.803
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(g)	38.310	39.587	-	-	39.587	-	1.277	1.277
Hidrotérmica S.A.	(h)	114.183	80.751	91.273	-	172.024	-	57.841	57.841
Ijuí Energia S.A.	(i)	32.215	31.937	-	-	31.937	-	(278)	(278)
J Malucelli Energia S.A.	(j)	261.669	90.983	178.638	(24.170)	245.451	8.185	(24.402)	(16.217)
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	(k)	84.325	95.020	-	-	95.020	-	1.287	1.287
MDCPAR S.A.	(l)	157.872	131.516	168.620	-	300.136	-	(10.709)	(10.709)
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(m)	16.314	-	-	-	-	-	-	-
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(n)	15.044	-	-	-	-	-	-	-
Brado Logística e Participações S.A	(o)	401.563	126.158	284.223	-	410.381	-	8.818	8.818
VLI S.A.	(p)	-	1.312.249	(77.012)	-	1.235.237	-	35.237	35.237
TOTAL 2014		5.920.408	4.644.536	2.940.161	(62.556)	7.522.141	120.111	56.847	176.958

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais**

Empresas	Quantidade de ações possuídas (quantidade unitárias)					
	2014			2013		
	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %	ON	PN	Participação no capital total da sociedade %
Brado Logística e Participações S.A.	2.857.143	-	22,22%	2.857.143	-	22,22%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%	35.099.302	-	39,75%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%	460.437.026	-	45,00%
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	-	-	-	22.242.817	9.518.235	29,32%
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	510.551.593	-	30,00%	155.322.199	-	30,00%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	49.991.800	49,99%	-	40.991.800	49,99%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%	-	42.041.590	49,99%
J Malucelli Energia S.A.	179.681	-	40,81%	179.681	-	40,81%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	90.000.000	-	45,00%	80.591.273	-	45,00%
MDCPAR S.A.	3.757.260	-	47,28%	971.770	-	38,00%
OAS Óleo e Gás S.A.	1.309.916	3.850.044	39,00%	-	-	-
Odebrecht Transport S.A.	64.400.045	-	30,00%	64.400.045	-	30,00%
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	-	-	-	10.952.091	24,99%
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	-	-	-	11.293.274	24,99%
VLI S.A.	1.413.854.823	-	15,90%	-	-	-

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

a. Cone S.A.

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Recife, estado de Pernambuco, constituída em 06 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Conepar S.A. Em desenvolvimento desde 2007, tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a polos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, com o objetivo de explorar o potencial logístico e de infraestrutura industrial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infraestrutura industrial na região do Complexo Portuário e Industrial de Suape, em Pernambuco.

A Cone S.A., através de uma plataforma multiempreendimentos visa atender a uma necessidade do mercado por áreas dotadas de infraestrutura de qualidade que sejam capazes de abrigar empreendimentos e, ao mesmo tempo, prover serviços e competências logísticas para atender a demanda oriunda da região de influência direta do Complexo Portuário de Suape.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 30 de abril de 2015.

b. Energimp S.A.

A Energimp S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 15 de março de 2000, tendo como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 6 de março de 2015 com ressalvas em relação a não obtenção da confirmação dos valores a receber e a pagar, assim como as transações efetuadas com as partes relacionadas no exercício findo nessa data. A opinião dos auditores apresenta ênfase relacionada às condições descritas no relatório que indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

c. OAS Óleo e Gás S.A.

A OAS Óleo e Gás S.A. (“OAS O&G”) é uma sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, a companhia tem por objetivo social a participação em sociedades, fundos de investimento, consórcios e outras entidades que, de forma direta ou indireta, prestem serviços de apoio às operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, sem limitação, a propriedade, o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração, unidades de armazenamento, perfuração, produção e/ou descarga, unidades de tratamento, floteis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, assim como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio.

Em 02 de janeiro de 2014 o Fundo subscreveu 5.159.960 ações emitidas pela OAS O&G, sendo 1.309.916 ações ON, 1.786.061 ações PNA e 2.063.983 ações PNB, decorrentes do aumento do capital social deliberado na 11ª AGE da OAS O&G realizada em 17 de dezembro de 2013.

Em 17 de janeiro de 2014 o Fundo integralizou R\$ 90.000 em ações subscritas em 02 de janeiro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o Fundo mantinha o compromisso de integralizar R\$ 710.000, desde que cumpridas as condições e procedimentos necessários previstos no Acordo de Investimentos firmado entre o Fundo e a OAS Investimentos.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 24 de abril de 2015 sem ressalvas, e com ênfase relacionada a condições que indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.

d. Odebrecht TransPort S.A.

A Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”), cuja razão social até 14 de setembro de 2012 era OTP TransPort S.A., foi constituída em 17 de junho de 2010 e tem por objeto social (i) a participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô,

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

duto, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industrial aduaneiros; (ii) a operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens “i” e “ii” acima.

A companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 2 de março de 2015.

e. ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.

A ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como principais objetivos (i) o desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de produção de biomassa e/ou industrialização de matéria-prima combustível a partir de biomassa destinado à produção de energia térmica e/ou energia elétrica para o fornecimento a terceiros; (ii) a comercialização de energia gerada em tais empreendimentos; (iii) a realização de estudos, gerenciamento, supervisão, operação e manutenção dos referidos empreendimentos; e (iv) a plantação e desenvolvimento de florestas ou cultivo de outras culturas para fins energéticos.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi aprovado o aumento de capital da ERB em R\$ 5.000, mediante a emissão de 1.853.570 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 926.785 ações, no montante de R\$ 2.500, as quais foram integralizadas em 14 de março de 2013.

A Assembleia Geral Extraordinária da ERB realizada em 10 de maio de 2013 aprovou aumento do capital da companhia em R\$ 4.514, mediante a emissão de 1.673.324 ações

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 836.662 ações, no montante de R\$ 2.257, integralizadas em 31 de julho de 2013.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária da ERB realizada em 24 de julho de 2013 foi aprovado o aumento de capital da companhia em R\$ 25.000, mediante a emissão de 9.267.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 4.633.920 ações à R\$ 12.500, integralizadas em 27 de agosto de 2013.

Em 30 de junho de 2014 foi aprovado (i) o aumento do capital social da companhia em R\$ 83.813 mediante a emissão de 13.556.657 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 2.019.211 ações no montante de R\$ 7.643, integralizados em 01 de julho de 2014 e (ii) a conversão de 9.518.235 ações preferenciais classe “A” de titularidade do Fundo em 9.518.235 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da companhia.

A Assembleia Geral de Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2014 deliberou sobre a realização do mútuo, ou instrumento equivalente, no valor de R\$ 15.000 a sociedade ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A. (ERB) por meio da aquisição de uma nota promissória comercial ou outro instrumento de dívida, nas seguintes condições (i) prazo de 180 dias; juros CDI + 3% a.a.

Conforme o Termo de Transferência de Ações e Outras Avenças de 30 de dezembro de 2014 o FI – FGTS e a MDCPAR, através de uma reorganização entre si transferiram as ações detidas pelo FI – FGTS na ERB para a MDCPAR. Em razão da transferência a MDCPAR passa a deter as ações que o FI – FGTS detinha na ERB, assumindo todas as obrigações e deveres e o FI – FGTS subscreveu novas ações emitidas pela MDCPAR. O FI – FGTS transferiu a MDCPAR as 34.931.034 ações que detinha na ERB (26,21% de participação), passando a MDCPAR a ser a titular de todos os direitos e obrigações decorrentes da transferência.

f. Odebrecht Ambiental Participações S.A.

A Odebrecht Ambiental S.A. foi constituída em 24 de janeiro de 2008 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: (i) água e esgoto – concessões públicas de água e esgoto; (ii) operações industriais – terceirização de centrais de utilidades; e (iii) resíduos – diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

A Odebrecht Ambiental S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht Engenharia Ambiental.

O Fundo investia na Odebrecht Ambiental S.A. (“OA”), e em 2014, essa companhia passou por um processo de reestruturação societária com objetivos principais da gestão mais eficiente das atividades e investimentos no segmento de água e esgoto, utilities e resíduos e simplificação de estruturas societárias com consequente redução de custos administrativos. Referido processo ocorreu em etapas:

Em 29 de setembro de 2014, ocorreu a incorporação das ações da OA pela Odebrecht Engenharia Ambiental S.A. (“OEA”), na forma do artigo 252 da Lei nº 6.404/76, com a conversão da OA em subsidiária integral da OEA. Em decorrência desse evento foi atribuída 1 ação ordinária de emissão da OEA para cada 3,07181571 ações ordinárias de emissão da OA incorporada. Referida relação de substituição das ações da OA pelas ações da OEA levou em consideração a avaliação econômico-financeira das companhias, de forma que foram emitidas 50.563.645 novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, da OEA para o Fundo em substituição às ações detidas por este último na OA.

Em 30 de setembro de 2014, ocorreu a incorporação da totalidade das ações de emissão da OEA pela Odebrecht Ambiental Participações (OA Participações), nos termos do artigo 252 da Lei das S.A., com a conversão da OEA em subsidiária integral da OA Participações. Em decorrência desse evento foram atribuídas 10,097207 ações ordinária de emissão da OA Participações para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da OEA incorporada. Referida relação de substituição das ações da OEA pelas ações da companhia levou em consideração a avaliação patrimonial das companhias, de forma que foram emitidas 510.551.593 novas ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, da OA Participações, sendo destinados R\$ 510.552 para aumento de Capital e R\$ 568.720 para Reserva de Capital, que foram subscritas e integralizadas em favor do Fundo.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 27 de fevereiro de 2015.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

g. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, no estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 25 de fevereiro de 2015.

h. Hidrotérmica S.A.

A Hidrotérmica S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil e tem por objeto social a execução de empreendimentos de geração e comercialização de energia elétrica, estudos, gerenciamento, supervisão e projetos de empreendimentos energéticos e operação de usinas hidrelétricas.

A companhia opera essencialmente com Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Termelétricas (UTES), cujos prazos de concessão são de 25 e 35 anos, respectivamente.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes que emitiram relatório, datado de 8 de maio de 2015, com as seguintes ressalvas: (i) a companhia e algumas controladas incorreram em descumprimento de cláusulas restritas (“covenants”) vinculadas a índices financeiros e operações de mútuos constantes em determinados contratos de financiamentos, cujo descumprimento permite às instituições financeiras exigir antecipadamente o valor total dos financiamentos vinculados, sendo que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os correspondentes montantes de R\$ 181.818 e R\$ 739.563 na controladora e no consolidado, respectivamente, classificados no passivo não

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

circulante devem ser reclassificados para o passivo circulante. Dessa forma, os saldos no passivo circulante estão a menor e os saldos do passivo não circulante estão a maior nesses montantes; (ii) a companhia encontrava-se em processo não concluído de revisão e análise do montante de R\$ 69.880, referentes a adiantamentos para fornecedores quanto à capacidade e forma de realização futura, não sendo possível concluir se algum ajuste seria requerido nas demonstrações financeiras dessa data como resultado da conclusão desse processo; e (iii) o recebimento de determinadas confirmações de saldos de bancos e fornecedores e a conciliação de algumas respostas recebidas de fornecedores com divergências estavam pendentes, não sendo possível concluir sobre o montante de R\$ 34.682 contabilizados na rubrica de fornecedores, bem como sobre possíveis exceções vinculadas à integridade das operações com instituições financeiras. Esse relatório dos auditores continha também ênfase sobre o fato da companhia apresentar excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e estar em desacordo com determinadas cláusulas restritivas ("covenants") constantes em contratos com instituições financeiras, quem poderiam exigir o vencimento antecipado dos passivos vinculados a esses contratos e a Administração da companhia, baseada em negociações em curso, tem a expectativa de que irá obter em 2015 recursos adicionais de longo prazo e de que as instituições financeiras não irão exigir os passivos de forma antecipada. Contudo, o fato de que tais negociações e entendimentos não estão, até a data da emissão das demonstrações financeiras, finalizados e formalizados, gera incerteza significativa quanto à capacidade de a companhia cumprir com suas obrigações de curto prazo e continuar operando com normalidade.

i. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico que tem por objeto (i) explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominada Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora; e (ii) a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Ijuí Energia S.A. é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 19 de fevereiro de 2015 sem ressalvas, com ênfase relacionada à dependência de aporte de recursos financeiros suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

j. J Malucelli Energia S.A.

A J Malucelli Energia S.A. tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão de energia elétrica, geração hidrelétrica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 3 de março de 2015, sem ressalvas e com ênfase relacionada a condições que indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.

k. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011, e tem por objeto social a participação em sociedades de propósito específico, para o desenvolvimento de parques logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

O saldo do Fundo pendente de integralização na companhia em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 15.750 e foi integralizado em 13 de março de 2014.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2013 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 67.352, mediante a emissão de 67.351.785 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 30.308.303 ações, no montante de R\$ 30.308, as quais foram integralizadas em 16 de abril de 2013.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de dezembro de 2013 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 43.407, mediante a emissão de 43.406.600 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal,

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

cujo o Fundo subscreveu 19.532.970 ações, no montante de R\$ 19.533, integralizadas em 16 de dezembro de 2013.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2014 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 20.908, mediante a emissão de 20.908.282 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu 9.408.727 ações, no montante de R\$ 9.409, dos quais R\$ 717 foram integralizados em 30 de abril de 2014, e R\$ 4.550 foram integralizados em 09 de maio de 2014, permanecendo o montante de R\$ 4.141 na rubrica “Ações a liquidar”, no passivo, em 31 de dezembro de 2014.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 01 de abril de 2015.

I. MDCPAR S.A.

A MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social, a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2012 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 6.458 mediante a emissão de 30.535 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelo Fundo e registradas na rubrica “Ações a liquidar”, no passivo, em 31 de dezembro de 2012. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 11 de janeiro de 2013.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2014 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 31.137 mediante a emissão de 1.411.377 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 536.323 ações foram subscritas pelo Fundo no montante de R\$ 31.128. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 13 de junho de 2014.

Por meio da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de outubro de 2014 foi aprovado o aumento no capital social da companhia no montante de R\$ 49.628 mediante a emissão de 2.861.732 ações ordinárias nominativas e sem valor

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

nominal, das quais 1.087.458 ações foram subscritas pelo Fundo no montante de R\$ 49.610. O Fundo integralizou os recursos na companhia em 27 de novembro de 2014.

Conforme o Termo de Transferência de Ações e Outras Avenças de 30 de dezembro de 2014 o FI – FGTS e a MDCPAR desejam através de uma reorganização entre Si transferir as ações detidas pelo FI – FGTS na ERB para a MDCPAR conforme Nota Técnica elaborada, em razão da transferência a MDCPAR passara a deter as ações que o FI – FGTS detinha na ERB, assumindo todas as obrigações e deveres e o FI – FGTS subscreverá novas ações emitidas pela MDCPAR. O FI – FGTS transfere a MDCPAR 34.931.034 ações que detém na ERB (26,21% de participação), passando a MDCPAR a ser a titular de todos os direitos e obrigações decorrentes da Transferência. Em contrapartida a transferência, a MDCPAR emite 1.161.709 novas ações da MDCPAR que são subscritas pelo FI FGTS aumentando sua participação na MDCPAR para 47,012133%.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 12 de março de 2015, (i) com ressalva quanto às demonstrações contábeis da investida ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A. estão sendo auditadas por outros auditores independentes, os quais não concluíram seus exames até a emissão do relatório, não tendo sido emitido opinião sobre aquelas demonstrações contábeis da ERB. Como consequência, não foi possível os auditores formarem uma opinião sobre o saldo dos investimentos da ERB e os correspondentes resultados de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2014 e seus respectivos efeitos naquelas demonstrações; e (ii) ênfase com relação à controlada ERG Petróleo e Gás Ltda. ter incorrido em prejuízos acumulados nos últimos anos dada a interrupção do fornecimento de gás natural ao seu único cliente, e no mês de fevereiro de 2015 o fornecimento foi reiniciado em uma nova estação de descompressão que, se continuado ao longo dos próximos anos conforme aditivo assinado entre as partes em julho de 2014, reverterá os prejuízos acumulados em questão.

m. Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (“Lavrinhas”), é uma sociedade de propósito específico, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

energia, na qualidade de produtora independente. Essa central hidrelétrica encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, no limite entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) e a Enixe Energias e Participações Ltda (“Enixe”), em 26 de setembro de 2014 exerceram a opção de compra que detinham contra as ações do Fundo de emissão de Lavrinhas, conforme previsto no “Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra das Ações Preferenciais de Emissão da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.”, datado de 02 de outubro de 2008, celebrado entre a Alupar, a Enixe Energias e Participações Ltda. e o Fundo.

O preço de compra é definido com preço de emissão de cada ação subscrito pelo Fundo, atualizado pelo IPCA e acrescido a 7,8% de juros ao ano, desde a data da integralização de cada ação até a data do efetivo pagamento, deduzidos os valores de juros ou dividendos recebidos nesse período.

A Alupar exerceu a opção de compra sobre 50% e a Enixe sobre outros 50% da totalidade das ações preferenciais detidas pelo Fundo, que corresponde a 10.952.091 ações pelo montante de R\$ 22.595. Com isso o Fundo, passou deixou de ter participação na Lavrinhas.

n. Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

A Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (“Queluz”) é uma sociedade de propósito específico, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. Aquela central hidrelétrica encontra-se instalada no município de Queluz - SP, no limite entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) e a Enixe Energias e Participações Ltda (“Enixe”), em 26 de setembro de 2014 exerceram a opção de compra que detinham contra as ações do Fundo de emissão de Queluz, conforme previsto no “Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra das Ações Preferenciais de Emissão da Usina Paulista Queluz de Energia S.A.”, datado de 02 de outubro de 2008, celebrado entre a Alupar, a Enixe Energias e Participações Ltda. e o Fundo.

O preço de compra é definido com preço de emissão de cada ação subscrito pelo Fundo, atualizado pelo TR e acrescido a 9% de juros ao ano, desde a data da

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

integralização de cada ação até a data do efetivo pagamento, deduzidos os valores de juros ou dividendos recebidos nesse período.

A Alupar exerceu a opção de compra sobre 50% e a Enixe sobre outros 50% da totalidade das ações preferenciais detidas pelo Fundo, que corresponde a 11.293.274 ações pelo montante de R\$ 18.853. Com isso o Fundo, deixou de ter participação na Queluz.

o. Brado Logística e Participações S.A.

Com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, a ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”) criou em 01 de abril de 2011 uma nova sociedade denominada Brado Logística e Participações S.A. a partir da fusão da Standard Logística e Distribuição S.A. com a unidade de negócio de contêineres da ALL.

A Brado Logística e Participações S.A. tem como objetivo social deter ações da Brado Logística S.A. sua subsidiária integral, que por sua vez, atua no mercado de contêineres dentro do Brasil e Mercosul, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem o grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada. Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade de serviço, além de operações de transporte intermodal rodoferroviário, armazenagem de carga refeed e dry, distribuição, terminais de contêineres, redex, vigiagro e habitações para os mercados internacionais.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Brado Logística S.A. realizada em 05 de agosto de 2013 foi aprovado o aumento do capital da companhia no montante de R\$ 400.000, mediante a emissão de 2.857.143 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo que o Fundo subscreveu a totalidade das ações emitidas e as integralizou na mesma data.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 4 de março de 2015.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

p. VLI S.A.

A VLI S.A. (“VLI”) com sede na cidade de São Paulo, Companhia controlada pela Vale S.A. (“Vale”), tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodo ferroviários, ferrovias e terminais portuários. A prestação destes serviços é realizada por meio de ativos e pessoal próprio, de suas subsidiárias e por contratação de terceiros.

A VLI poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades ou empreendimentos.

No dia 1º de abril de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da VLI S.A., na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor total de R\$ 379.766, mediante a emissão de 410.279.538 ações ordinárias. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Vale S.A. mediante conferência ao capital social de 357.565.023 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A.. O estatuto social foi modificado para indicar o novo capital social e quantidade de ações da VLI.

No dia 7 de abril de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da VLI S.A., na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor total de R\$ 800.000, mediante a emissão de 942.569.882 ações ordinárias. As ações emitidas foram subscritas pela Mitsui & Co., LTD e, posteriormente, no dia 14 de abril de 2014, integralizadas. O estatuto social foi modificado para indicar o novo capital social e quantidade de ações da VLI.

No dia 14 de abril de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da VLI S.A., na qual foi aprovado o aumento do capital social no valor total de R\$ 476.700 e constituição de Reserva de Capital – Reserva Especial para Aumento de Capital no valor total de R\$ 723.300, mediante a emissão de 1.413.854.823 ações ordinárias subscritas pelo FI-FGTS. As ações subscritas foram integralizadas pelo FI-FGTS em 02 de maio de 2014 no valor total de R\$ 1.200.000.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 27 de fevereiro de 2015.

6.2 - Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, pro rata temporis, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015 e o último em 20 de abril de 2025.

O saldo das ações preferenciais atualizado pelo IPCA em 31 de dezembro de 2014 monta a R\$ 246.709 (R\$ 231.554 em 2013) e os dividendos mínimos cumulativos totalizam R\$ 70.145 (R\$ 46.305 em 2013).

6.3 – Resultado de avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa

As demonstrações financeiras das respectivas empresas investidas foram disponibilizadas nos meses de fevereiro a abril de 2015. Com base nessas demonstrações financeiras foi aplicado o método de equivalência patrimonial, cujo resultado positivo de equivalência patrimonial contabilizado no exercício de 2014 monta a R\$ 56.847 (em 2013 - R\$ 13.472), e está registrado na rubrica “Resultado da avaliação dos investimentos”.

Em 31 de dezembro de 2014 os valores recuperáveis dos investimentos, incluindo os ágios, foram analisados com base em Avaliações Econômicas Financeiras elaboradas por empresas especializadas independentes, considerando o percentual de participação detido pelo Fundo, como o objetivo de verificar a existência de indícios de perda do valor recuperável dos investimentos. Considerando o resultado das referidas avaliações, foi registrado em 31 de dezembro de 2014 a reversão da provisão para perda do valor recuperável dos investimentos no montante de R\$ 119.495 (em 2013 – constituição de R\$ 55.618), sendo registrado contabilmente na rubrica de Resultado da avaliação dos investimentos”.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

7 Valores a receber - ENERGISA S.A.

A Energisa, é uma empresa holding que controla cinco distribuidoras de energia, três na Região Nordeste, Energisa Paraíba, Energisa Sergipe e Energisa Borborema, e duas na Região Sudeste, Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo. A companhia também controla ativos na área de geração, comercialização e outros serviços.

Em 27 de janeiro de 2014 foi concedida a última autorização necessária para a conclusão do processo de transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa, mediante a publicação da aprovação pela Aneel.

Considerando a Decisão Judicial favorável à Energisa, a aprovação da troca do controle acionário pela ANEEL e pelo CADE, somada a assunção do controle do Grupo Rede pela Energisa em 11 de abril de 2014, torna-se possível a definição das condições finais de recebimento do crédito. Assim, o Fundo reconheceu integralmente, no exercício de 2013, o valor a receber decorrente do exercício da opção de venda da totalidade das ações da EEVP, pelo valor do crédito homologado judicialmente, no montante de R\$ 720.573, na rubrica “Valores a receber”, apurando um resultado positivo no exercício de 2013 de R\$ 445.176, registrado na rubrica “Rendas de valores a receber”, que está sendo atualizado conforme a opção escolhida pelo Fundo no Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Rede.

Em 30 de julho de 2014 o Fundo recebeu o montante de R\$ 19.341, referente ao pagamento de juros previstos na operação, sendo que em 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado do crédito é de R\$ 724.735.

8 Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, sendo:

- a) 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e
- b) 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. O presidente do Comitê de Investimento deverá ser eleito por, no mínimo, 7 de seus membros, com prazo de mandato de um ano. A presidência será alternada a cada mandato entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal. A eleição do presidente do Comitê de Investimento importará a do vice-presidente, componente da mesma representação da do presidente e indicado previamente à eleição. Em caso de ausência do presidente e vice-presidente às reuniões, os membros do Comitê de Investimento deverão eleger, por maioria simples dos presentes, representante para presidir, exclusivamente, a reunião em que o fato ocorrer.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do Fundo e aprovar os investimentos e desinvestimentos do Fundo.

9 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a) o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM; e
- b) o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao CCFGTS subscrições adicionais de parcelas de R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

R\$ 32.810.539, equivalentes a 80% do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2011.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas	Montante integralizado (R\$ mil)
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,0000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,3926	9.249.032
Aportes em 2009	4.129.111.991,3825	4.508.537
Aportes em 2010	2.964.626.548,4876	3.469.000
Aportes em 2011	527.999.391,7071	649.368
Aportes em 2012	2.858.069.264,9930	3.757.854
Aportes em 2013	-	-
Aportes em 2014	790.675.995,4925	1.200.000
Total aportado até 31/12/2014	20.172.649.229,4554	22.883.791

Somente haverá resgate de cotas do Fundo quando deliberado pelo CCFGTS.

Em 28 de agosto de 2012, com base na Resolução nº 699 do CCFGTS, foi alterado o regulamento do Fundo, no artigo relacionado ao valor subscrito, que passou a ter a seguinte redação:

“Artigo 17 – Após a aplicação integral do valor inicial, a ADMINISTRADORA poderá propor, ao Agente Operador do FGTS, integralizações adicionais de parcelas de até R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 32.810.539, equivalente a 80%

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

(oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS, registrado em 31 de dezembro de 2011, acrescido de R\$ 2.000.000 destinados à integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotistas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, totalizando R\$ 34.810.539.

Parágrafo Único – As propostas para subscrições e integralizações adicionais serão apresentadas pela ADMINISTRADORA ao Agente Operador do FGTS, que as submeterá à aprovação do Conselho Curador do FGTS.”

10 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de Mercado

Está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido às alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato de o Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às companhias alvos e às sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza, envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Conseqüentemente, o

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de Crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de Liquidez

Está relacionado à possibilidade de o Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”) que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a análise de “stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

A despeito da diligência da Administradora na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que os recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

O Fundo não realizou operações com instrumentos derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

11 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de 0,10% ao ano. De acordo com o regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no exercício, foi R\$ 255.278 (em 2013 - R\$ 217.890).

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

12 Encargos e despesas debitadas ao Fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 30.587.167 (R\$ 27.265.626 em 2013) são os seguintes:

	Taxa de		Outras	
	Administração		despesas	
	R\$	%	R\$	%
31 de dezembro de 2014	255.278	0,83	849	0,02
31 de dezembro de 2013	217.890	0,80	1.058	-

13 Custódia

As operações compromissadas estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações sem cotação em bolsa estão registradas nos Livros de Registro de Ações das próprias investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. As ações com cotação em bolsa estão custodiadas pelo Itaú Unibanco S.A.

14 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

15 Valor da cota e rentabilidade do Fundo

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota de encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram os seguintes:

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

Data	Valor da cota (R\$)	Rentabilidade (%)
31 de dezembro de 2013	1,475934	8,22
31 de dezembro de 2014	1,579932	7,05

16 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

17 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

18 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, o Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, somente contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço ao Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

19 Partes relacionadas

O Fundo mantém em 31 de dezembro de 2014 um montante de R\$ 23.835 (2013 – R\$ 18.489) relativo a taxa de administração a pagar a Administradora, sendo que foi reconhecido durante o exercício uma despesa com taxa de administração de R\$ 255.278 (2013 – R\$ 217.890).

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais**

20 Eventos Subsequentes

- a.* O Fundo integralizou em 07 de janeiro de 2015 o montante de R\$ 143.989 no Fundo de Investimento em Participações Sondas referentes a 143.988.860 cotas.
- b.* O Fundo adquiriu 42.260.247,822012 cotas do Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, no montante de R\$ 36.527, integralizadas em 12 de janeiro de 2015.
- c.* Em 10 de abril de 2015 o Fundo subscreveu e integralizou 10 debentures da quarta emissão de colocação privada de debentures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. ao valor unitário de R\$ 61.000 (sessenta e um milhões de reais), totalizando o valor de R\$ 610.000 (seiscentos e dez milhões de reais).

**Adenivaldo Nunes de Almeida
CRC 1BA016576/O-5 T SP**

**Marcos Roberto Vasconcelos
Vice Presidente**

* * *